



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9 008.2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2024

UASG nº 927902

Tipo: MENOR PREÇO

Modo de disputa: Aberto e fechado.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇO
Dia 31/10/2024 às 09h (nove horas), horário de Brasília/DF

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA), pessoa jurídica de direito público, na forma de autarquia federal, criado pela Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 e inscrito no CNPJ sob o nº 35.438.630/0001-27, com sede administrativa no SBS Quadra 1 - Bloco K - Lote 29 - Edifício Seguradoras - 11º andar, na cidade de Brasília/DF, CEP nº 70093-900, e sede operacional na Praça Osvaldo Cruz, 15 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS, conjuntos 701 – 704 – CEP: 90030-160, neste ato representado pelo seu presidente, **MÁRIO LIMBERGER**, casado, técnico agrícola, inscrito no CPF sob o nº 172.815.980-68, portador do RG nº 1025955087 SSP/RS, por meio do setor de compras, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço, sob o sistema de Registro de preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018 e suas atualizações, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e as exigências estabelecidas neste Edital. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço citado abaixo ou nos sites www.gov.br/compras e www.cfta.org.br.

Sistema eletrônico a ser utilizado	Sistema de Compras do Governo Federal
Endereço eletrônico do sistema	www.gov.br/compras
Data de Abertura da Sessão	31/10/2024 às 09h
Código UASG para acesso	927902
Pregoeiro(a)	Vanessa da Costa Marques
Contatos	E-mail: licitacao2@cfta.org.br

Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado por meio do site www.gov.br/compras até a data e horário marcados para abertura da sessão. Se, por qualquer motivo, não houver expediente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

na data supracitada, a data da sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA DE MATERIAIS PARA O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA**, conforme descrição técnica e demais condições constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, deste edital. A vigência da ata pelo período inicial de 12 (doze) meses.

1.1.1. A licitação será composta por 1 (um) lote, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante apresentar proposta que abranja integralmente o objeto.

1.2. No caso de divergência entre os dados cadastrados no Sistema de Compras do Governo Federal e o descrito neste Edital e seus anexos, prevalecerão estes últimos.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

1.4. São partes integrantes deste Edital de Pregão os seguintes anexos:

1.4.1. Anexo I - Termo de Referência

1.4.2. Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

1.4.3. Anexo III - Modelo de Ata de Registro de preço

1.4.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de não Empregabilidade Menor de Idade

1.4.5. Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente e de que cumpre plenamente todos os requisitos da Habilitação

1.4.6. Anexo VI – Declaração independente de proposta e anticorrupção.

2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. O Sistema Registro de Preços, ora proposto, tem como objetivo manter o registro de propostas vantajosas e, segundo as conveniências do CFTA, promover as compras/contratação do licitante vencedor da licitação.

2.2. A existência de preços registrados implicará no compromisso pela CONTRATADA de fornecimento dos produtos nas condições estabelecidas, mas não obrigará o CFTA a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, a teor do art. 83 da Lei 14.133/2021.

2.3. Havendo o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que os demais concorrentes aceitem disponibilizar o objeto pelo mesmo preço ofertado pelo licitante vencedor (cadastro de reserva), será assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

3. DO LOCAL, DATA E HORA

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.gov.br/compras, na data e hora informada acima, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

3.2. Os documentos de habilitação (que permaneceram ocultos até o final da fase de lances) e as Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas de forma eletrônica, por meio do site www.gov.br/compras, contendo (a) o valor unitário de cada subitem e (b) o total do lote único, na forma e prazos previstos neste Edital e seus anexos.

3.3. A fase competitiva (lances) terá o seu início na data e hora previstas, com seu encerramento por prorrogação automática, conforme art. 32, §1º, do Decreto nº 10.024/2019.

3.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e hora previstas, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

3.5. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3.6. Os avisos que o Pregoeiro julgar necessários serão publicados no sistema de Compras do Governo Federal

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, conforme art. 164 da Lei 14.133/2021.

4.2. Caberá ao Pregoeiro publicar a resposta em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três), limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme Parágrafo único do art. 164 da Lei 14.133/2021.

4.3. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá à sua retificação e republicação com devolução dos prazos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

4.4. Os pedidos de esclarecimentos, impugnação ou providências ao Edital deverão ser encaminhados, exclusivamente, de forma eletrônica, pelo site www.gov.br/compras ou via e-mail indicado na página 01 deste edital.

4.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico, através do sistema www.gov.br/compras e Portal de Transparência do CFTA, para todos os interessados.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Considera-se licitante a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

5.1.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.2. Poderão participar deste Pregão as Empresas que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no item “13 – HABILITAÇÃO” e que tenham especificado como objetivo da empresa ou Contrato Social, atividades compatíveis com o objeto licitado; e que ainda:

5.2.1. Estiverem previamente credenciados e com situação REGULAR no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio www.gov.br/compras.

5.2.1.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

5.2.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CFTA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2.4. Manifestarem, preferencialmente, em campo próprio do sistema eletrônico, que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

5.2.4.1. atendem todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos;

5.2.4.2. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.2.4.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.4.5. os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ocupará reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

5.2.4.6. adoção aos critérios e práticas de desenvolvimento sustentável previstas no Decreto Federal nº 7.746/2012, quando couber;

5.2.4.7. Quando for o caso, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido nos artigos 42 a 49 daquela Lei Complementar.

5.2.4.7.1. Para usufruir dos benefícios estabelecidos no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e suas atualizações, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal, devendo apresentar certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório;

5.2.4.7.2. O próprio sistema disponibilizará ao licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

5.2.4.7.3. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias e regras dispostas na lei, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

5.32.4.7.4. Para a verificação da fraude prevista no subitem anterior, o CFTA poderá realizar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos /documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, das exigências da LC nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

5.2.4.7.5. Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

5.2.4.7.6. A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.

5.32.4.7.7. Para fins de definição do “último exercício social” da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, nos termos do que fixa o Art.16, §4º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

5.2.4.8. Será assegurada a preferência na contratação dos fornecedores de acordo com o previsto no artigo 5º do Decreto n. 7.174/2010.

5.2.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.3. Não poderão participar:

5.43.1. Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.3.1.1. Para o caso de empresas em recuperação judicial (podem participar do certame) esteja ciente de que no momento da assinatura do Contrato/ata deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

5.43.2. Empresas que tenham em seus quadros gerenciais e diretivos qualquer membro/funcionário do CFTA que esteja em exercício. Esta vedação se aplica aos membros da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

Comissão de Licitação, ao pregoeiro, à equipe de apoio, bem como os cônjuges e companheiros dos membros/servidores do CFTA.

5.3.3. Empresas estrangeiras que não possuam autorização para funcionamento no Brasil;

5.3.4. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.3.5. Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no portal do Conselho Nacional de Justiça;

5.3.6. Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência;

5.3.7. Empresas cujo objeto social, expresso em seus atos constitutivos, seja incompatível com o objeto da presente licitação;

5.3.8. Cooperativa de trabalho, associações e OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2);

5.3.9. Empresas que não atenderem ao disposto no Art. 68 da Lei 14133/2021, conforme consta deste Edital.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do exercício de 2023/2024, na Conta:

CONTA: 6.2.2.1.1.01.04.04.019-Serviços Gráficos

PROJETOS: 01.04.51 - PROJETO - Semana do Técnico Agrícola; 02.01.01 - ATIVIDADE - Manter e Desenvolver as Atividades de Gestão Administrativa e 02.03.01 - ATIVIDADE - Realização de Eventos com Profissionais da Categoria.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E INCLUSÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A empresa interessada em participar do certame deverá encaminhar a sua proposta exclusivamente por meio eletrônico, pelo sítio www.gov.br/compras, devendo registrar os preços ofertados a partir da data da liberação do edital até a data da abertura. Será aceita apenas uma proposta por licitante.

7.2. O licitante deverá incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão-de-obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à perfeita execução da autorização de fornecimento, na forma prevista neste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

7.2.1. Os licitantes arcarão com eventuais custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, ficando o CFTA isento de quaisquer responsabilidades a esse respeito, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

7.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas, a teor do Acórdão TCU nº 1.455/2018.

7.3.1 Caso a marca e/ou modelo ofertado pelo licitante possua um valor de mercado inferior à proposta comercial ofertada, caberá uma negociação entre as partes. Deverá o licitante mediante solicitação da pregoeira apresentar uma justificativa comercial caso o seu preço permaneça superior, podendo ocorrer a desclassificação da proposta.

7.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotação de forma incompleta ou de produto diverso daquele tratado neste edital e seus anexos.

7.5. A proposta vencedora, ajustada ao valor do lance ou da negociação realizada com o Pregoeiro, deverá ser anexada no prazo estipulado após a convocação, em campo próprio que ficará disponível no sistema de Compras do Governo Federal.

7.6. Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições previstas neste edital que importem em modificação da proposta, excetuados os preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

7.7. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.8. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

7.9. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.10. Não será admitida a desistência da proposta ofertada na fase de lances, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

7.12. O representante do licitante deverá identificar, em campo próprio do sistema eletrônico, qual o seu enquadramento empresarial (microempresa, empresa de pequeno porte, outras empresas) para fins de cumprimento das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

7.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, hipótese em que será conferido o atendimento do Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

7.14. Não serão aceitos documentos novos após os prazos delimitados, salvo aqueles solicitados pelo pregoeiro ou que possuam finalidades delimitadas para sanar/esclarecer questão relativa à habilitação ou à proposta, que estejam obscuras ou contraditórias, ou ainda, em decorrência de equívoco ou falha da licitante no momento de juntada de seus documentos, desde que tais documentos sejam referentes à condição pré-existente à abertura da sessão pública ou já apontada pela licitante, nos termos do Acórdão TCU nº 1211/2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e no sistema indicados no preâmbulo deste Edital.

8.2. Iniciada a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá apenas por intermédio do sistema www.gov.br/compras, sendo vedado, a partir de então, o contato direto com o CFTA por qualquer outro meio de comunicação.

8.3. Se houver indisponibilidade momentânea do sistema eletrônico, o licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente pelo e-mail licitacao2@cfta.org.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o(a) Pregoeiro(a) registrar o fato no chat e relatar o teor das comunicações.

8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações realizadas durante a sessão pública do Pregão, ficando este responsável pelo ônus decorrente de eventual desconexão ou perda de negócios em virtude da inobservância de quaisquer avisos publicados no sistema eletrônico.

8.5. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, mediante justificativa a ser apresentada aos licitantes no portal próprio e em tempo real, devendo, ainda, informar a data e o horário previstos para reabertura da sessão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

9.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.2.1. Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o(a) Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.

10.3. Será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, a teor do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

10.5. Os lances deverão ser formulados pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM, QUE SOMADOS TEREMOS O MENOR VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE ÚNICO.**

10.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.7. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

10.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

10.8.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

10.9. Na disputa aberta e fechada, a etapa de lance tem duração de 15 minutos (fixo). Decorrido esse período, o sistema acusará mensagem de fechamento. Após, é iniciado o período aleatório, que pode durar até 10 minutos. Encerrado esse período, também se encerra a fase dos lances.

10.10. Na sequência, o licitante com o melhor lance se juntará com as demais propostas vantajosas, de no máximo 10% superior ao primeiro. Então, os licitantes são convocados pelo sistema para apresentação de lance final e fechado, em um prazo de 5 minutos. Essas propostas serão sigilosas até o término desse período.

10.11. No caso de não haver propostas no valor da percentagem estipulada, outros participantes serão convocados para atingir o mínimo de 3 (três) participantes, escolhidos com base nos melhores lances subsequentes ao primeiro.

10.12. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os do mercado e que os coeficientes de produtividade sejam compatíveis com a execução do objeto do contrato/ata, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

10.13. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.13.1. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e a sessão será retomada “somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação”, nos termos do art. 27 da IN nº 73/2022.

10.14. Em caso de empate, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na ordem legal determinada.

10.14.1. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.15. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

10.16. Na hipótese da ausência de registro de lance durante a etapa de disputa, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas. Todavia, cabe à CONTRATANTE a negociação a qualquer momento.

10.17. Após a etapa de envio de lances e se detectado empate real ou ficto na forma da legislação, aplicar-se-ão os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 às licitantes. À luz do art. 170, IX, da Constituição Federal, cumulado com arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte. Caso haja mais de uma licitante empatada e que deve, também, receber tratamento favorecido, serão adotados os critérios de desempate primeiro às licitantes preferenciais e, caso estas sejam desclassificadas e permaneça empate entre os demais licitantes, serão, novamente, aplicados os critérios de desempate tal como descritos adiante. Em qualquer caso, aplicar-se-á, para o desempate e para o estabelecimento das posições dos três primeiros colocados, os critérios previstos no artigo 60 da NLL, na ordem legal determinada. O rito dar-se-á da seguinte forma:

10.17.1. FORMA DE APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE (art. 60, caput, Lei nº 14.133/2021) – far-se-á primeiro a disputa final (art. 60, I) e, caso mantida a situação de empate entre quaisquer um dos três primeiros colocados, ainda que já tenha havido desempate para fins de classificação do primeiro, proceder-se-á à aplicação dos critérios seguintes previstos no dispositivo, até que seja possível determinar a sua ordem de classificação.

10.17.1.1. CRITÉRIO 1 - DISPUTA FINAL (inciso I, art. 60, Lei 14.133/2021). O sistema realizará a disputa final, de acordo com o inciso I do artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

10.17.1.2. CRITÉRIO 2 - ANÁLISE DE DESEMPENHO CONTRATUAL ANTERIOR (inciso II, art. 60, Lei 14.133/2021) - para a avaliação do desempenho contratual prévio, os licitantes em situação de empate terão o prazo improrrogável de 24h (vinte e quatro horas), contados da data do despacho a ser proferido pelo pregoeiro, para enviarem os atestados técnicos adicionais para fins de desempate, devendo encaminhar os documentos para o email licitacao2@cfta.org.br. O pregoeiro fará a aferição dos seguintes quesitos:

- a) Será aplicado 2,0 (dois) pontos: à empresa que tenha prestado serviços de natureza similar ou superior, de forma sucessiva ou não, por no mínimo 2 (dois) anos;
- b) Será aplicado 1,0 (um) ponto: comprovação de que prestou serviços de natureza similar ou superior, considerando a extensão/quantidade do objeto;

10.17.1.2.1. Decorrido o prazo dos licitantes para envio da documentação, o pregoeiro registrará no sistema a suspensão do certame. A comissão terá o prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, para análise e verificação da documentação, podendo adotar as diligências cabíveis.

10.17.1.2.2. Será permitida a comprovação da aptidão do licitante por mais de um atestado (TCU, Acórdão 1865/2012-Plenário), limitando-se o quantitativo até 10 (dez) atestados e,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

independentemente da quantidade de atestados apresentada, a pontuação máxima para esta fase é de 3 (três) pontos e, caso apenas um dos licitantes atinja a pontuação máxima, este será ranqueado como primeiro colocado.

10.17.1.3. CRITÉRIO 3 - ANÁLISE DAS AÇÕES DE EQUIDADE (inciso III, art. 60, Lei 14.133/2021):

Será verificado o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, tendo-se em consideração os conceitos descritos no artigo 5º do Decreto nº 11.430, de 2023. Os licitantes terão o prazo improrrogável de 24h (vinte e quatro horas), contados da data do despacho a ser proferido pelo pregoeiro, para enviarem os documentos para o email licitacao2@cfta.org.br.

10.17.1.3.1. Serão consideradas ações de equidade:

10.17.1.3.2. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante. Se detectado ao menos uma das medidas indicadas, **será computado 2,0 (dois) pontos;**

10.17.1.3.3. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação. Se detectado ao menos uma das medidas indicadas, **será computado 1,0 (um) ponto;**

10.17.1.3.4. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens. Se detectado ao menos uma das medidas indicadas, **será computado 1,0 (um) ponto;**

10.17.1.3.5. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual. Se detectado ao menos uma das medidas indicadas, **será computado 1,0 (um) ponto;**

10.17.1.3.6. programas diversos destinados à equidade de gênero e de raça. Se detectado ao menos uma das medidas indicadas, **será computado 1,0 (um) ponto;**

10.17.1.3.7. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros. Se detectado ao menos uma das medidas indicadas, **será computado 1,0 (um) ponto;**

10.17.1.3.8. Para que a Administração possa fazer comparações, as ações, medidas, práticas e programas de equidade praticados pela licitante devem ser apresentados de forma sucinta e objetiva, comprovando que a medida foi efetivamente adotada. Serão consideradas as ações realizadas dentro dos últimos 5 (cinco) anos.

10.17.1.3.9. A pontuação máxima para esta fase será de 7 (sete) pontos.

10.17.1.4. CRITÉRIO 4 - PROGRAMA E AÇÕES DE INTEGRIDADE (inciso IV, art. 60, Lei 14.133/2021) - Será aplicado ponto à empresa que possua programa ou ações de integridade, conforme os parâmetros adiante indicados:

a) programa de integridade consolidado - conjunto consolidado de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional: **será computado 2,0 (dois) pontos;**

b) plano de integridade consolidado - plano que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período: **computa 2,0 (dois) pontos;**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

c) funções de integridade - funções constantes de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência e outras essenciais ao funcionamento do programa de integridade: se detectado ao menos uma das funcionalidades indicadas, **será computado 1 (um) ponto;**

10.17.1.4.1. Com relação aos itens “a” e “b”, só serão aceitos aqueles que sejam consolidados e estejam em vigor no âmbito da referida empresa, devendo ser possível verificar os documentos publicados em seus sítios eletrônicos ou outra forma que comprove que o plano/programa está em vigor e é de conhecimento público.

10.17.1.4.2. A pontuação máxima para esta fase será de 5 (cinco) pontos.

10.18. Caso sejam exauridos todos os critérios acima indicados e permanecendo o empate, serão utilizados os demais parâmetros previstos no §1º do art. 60, da Lei nº 14.133/2021, na ordem legal pré-determinada.

10.19. Após a adoção dos critérios de desempate e definidos os três primeiros colocados, o pregoeiro proferirá decisão quanto ao resultado da ordem de classificação e pontuação verificada pela Comissão de Licitação. Desta decisão caberá recurso, na forma prevista neste edital, devendo o licitante imediata e motivadamente manifestar sua intenção recursal, sob pena de preclusão.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.1.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, fixando o prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

11.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico aos funcionários do quadro de pessoal do CFTA ou de terceiros para orientar sua decisão, podendo suspender a sessão, se necessário.

11.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos ou irrisórios incompatíveis com os preços de mercado.

11.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e quanto à compatibilidade do preço, de acordo com o estabelecido neste Edital e em seus anexos, conforme art. 59 da Lei 14.133/2021 e art. 29 da IN/SEGES nº 73/2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

11.6. Na análise de exequibilidade da proposta de preços, caso seja necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar para a possível CONTRATADA a Planilha de Custos aberta que, ajustada ao valor final, justifica e provisiona o preço ofertado.

11.6.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços, se solicitada, deverá ser encaminhada pelo licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

11.7. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem as exigências legais.

11.7.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

- 11.7.1.1. não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 11.7.1.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 11.7.1.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;
- 11.7.1.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.7.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir, com fidelidade, os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

11.7.3. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos, e também, quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

11.7.3.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

11.7.3.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.7.4. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. Não serão praticados atos antes das 8h00 e após as 18h00, horário de Brasília/DF.

11.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

11.11. O valor a ser HOMOLOGADO por lote **NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR OS VALORES MÁXIMOS** descritos no Edital.

11.12. Nas hipóteses em que o Pregoeiro abrir prazo no Sistema de Compras do Governo Federal para envio de documentos/proposta, dentro deste prazo a licitante poderá, excepcionalmente e mediante justificativa, pedir a prorrogação do prazo apenas 1 vez, por igual período, para apresentação de documentos/proposta. Caso o pedido de prorrogação seja formulado fora do prazo, será desconsiderado.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante na fase de lance, após contraproposta, deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

12.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, se necessário;

12.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, bem como demais informações necessárias que viabilizem o pagamento.

12.1.4. apresentar os preços, que deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato, ocasião em que será averiguada a necessidade de eventual aplicação de sanção à CONTRATADA, se for o caso.

12.3. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros e, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, devendo ser desconsiderada aquela que não corresponda às especificações ou que estabeleça vinculação à proposta de outro licitante.

12.6. Nas hipóteses em que o Pregoeiro abrir prazo no Sistema de Compras do Governo Federal para envio de documentos/proposta, dentro deste prazo a licitante poderá, excepcionalmente e mediante justificativa, pedir a prorrogação do prazo apenas 1 vez, por igual período, para apresentação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

documentos/proposta. Caso o pedido de prorrogação seja formulado fora do prazo, será desconsiderado.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Os licitantes habilitados deverão anexar no SICAF – SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO documentos válidos, sendo sua responsabilidade o cadastro e a manutenção da documentação atualizada.

13.2. Todos os documentos de habilitação exigidos neste edital poderão ser apresentados via sistema eletrônico e deverão ser encaminhados ao Pregoeiro mediante convocação, dentro do prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

13.2.1. O não envio dos documentos de habilitação é motivo de inabilitação, sendo convocada a empresa subsequente na classificação pelo pregoeiro.

13.3. O licitante detentor da melhor oferta, deverá, obrigatoriamente sob pena de inabilitação, apresentar os documentos a seguir indicados.

13.4. Da Habilitação Jurídica

13.4.1. Ato constitutivo em vigor (Contrato Social, Declaração de Empresário, Ato Constitutivo de Eireli, Estatuto Social acompanhado da ata de criação da entidade e ata de posse da atual diretoria, ou outros admitidos em lei), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (nos demais casos);

13.4.2. Documentos de identificação do representante legal da empresa, se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar todos os atos junto à Administração Pública;

13.4.3. Quando se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

13.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

13.5.2. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF, junto à Caixa Econômica Federal;

13.5.3. Prova de regularidade quanto aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

13.5.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

13.5.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante emitido pela Secretaria Municipal competente;

13.5.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.5.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, se assim exigir;

13.5.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.5.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e regularidade trabalhista, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será obedecido o prazo constante do art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/2006 e art. 4º, § 1º do Decreto 6.204/2007.

13.5.8. Apenas para as certidões cujo órgão emissor não houver consignado expressamente o prazo de validade, considerar-se-ão vencidas aquelas emitidas há mais de 60 (sessenta) dias.

13.5.9. A comissão de licitação poderá realizar consulta aos seguintes cadastros:

13.5.9.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, da Controladoria-Geral da União; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça; Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União; por meio do link de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

13.5.9.2. A consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) também deverá ser realizada em nome dos sócios majoritários da empresa, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.5.9.3. Quaisquer outras que julgar necessário.

13.6. Da Habilitação Técnico-Operacional

13.6.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico operacional, o licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu item igual e/ou semelhante ao lote.

13.6.1.2. A Administração reserva-se o direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, com o objetivo de obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos/ata e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

13.6.2. Os atestados deverão conter:

13.6.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

13.6.2.2. Local, data de emissão e estar assinado.

13.6.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações, preferencialmente.

13.6.2.4. Período da execução da atividade, preferencialmente.

13.7. Da Qualificação Econômico-Financeira

13.7.1. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

13.7.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

13.7.3. Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar em conformidade com a legislação vigente aplicável à espécie;

13.7.4. As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas na Imprensa Oficial, de acordo com a legislação pertinente;

13.7.5. No caso de empresa constituída há menos de ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade. A verificação da boa situação financeira do licitante será feita mediante a apuração dos indicadores contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

13.7.6. Todas as declarações exigidas neste edital devem ser apresentadas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da empresa.

13.7.7. A verificação da boa situação financeira do licitante será feita mediante a apuração dos seguintes indicadores contábeis:

1º) Índice de Liquidez Geral (ILG), assim composto:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

Onde:

AC é o ativo circulante;

RLP é o realizável a longo prazo;

PC é o passivo circulante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

PNC é o passivo não circulante.
Deverá ser igual ou superior a 1.

2º) Índice de Liquidez Corrente (ILC), assim composto:

$$ILC = AC / PC$$

Onde:

AC é o ativo circulante;
PC é o passivo circulante.
Deverá ser igual ou superior a 1.

3º) Índice de Endividamento (IE), assim composto:

$$IE = (PC + PNC) / AT$$

Onde:

PC é o passivo circulante;
PNC é o passivo não circulante;
AT é o ativo total.
Deverá ser menor ou igual a 0,8.

13.7.8. As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo.

13.7.9. Sempre que julgar necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação da via original dos documentos ao licitante. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

13.7.10. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.7.10.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.7.10.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7.11. A falta de regularização da documentação no prazo previsto implicará em inabilitação do licitante.

13.7.11.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

13.8. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação tempestivamente, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

13.9. O licitante deverá informar, em campo próprio disponibilizado no “Comprasgov”, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

13.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dos trabalhos.

13.11. Será considerado inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

13.13. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

13.19 Nas hipóteses em que o Pregoeiro abrir prazo no Sistema de Compras do Governo Federal para envio de documentos, dentro deste prazo a licitante poderá, excepcionalmente e mediante justificativa, pedir a prorrogação do prazo apenas 1 vez, por igual período, para apresentação de documentos. Caso o pedido de prorrogação seja formulado fora do prazo, será desconsiderado.

14. DOS RECURSOS

14.1. Conforme artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, dos atos da Administração caberá recurso ou pedido de reconsideração do ato decisório proferido. A cada fase decisória, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, período em que qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.2. A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes quanto à intenção de recorrer no prazo estabelecido, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a dar sequência com atos licitatórios, presumindo a concordância de todos os licitantes com todos os atos até então já realizados.

14.3. Havendo manifestação de intenção recursal ou pedido de reconsideração, nos termos acima indicados, o Pregoeiro procederá ao seu exame, aceitando ou, motivadamente, rejeitando, em campo próprio do sistema, observando-se que será verificada a existência dos pressupostos recursais da sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, nos termos dos Acórdãos do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

Tribunal de Contas da União números 518/2012, 2143/2009, 1168/2016, 5847/2018 e 602/2018 ou da plausibilidade do pedido de reconsideração.

14.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar suas razões recursais, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

14.5. Para fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

14.6. Os recursos aceitos pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

14.7. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, nos termos do artigo 164, §3º da Lei nº 14.133/2021.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/ata, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e a autoridade competente homologará o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021 (art. 44 da IN nº 73/2022). Será encaminhada à aprovação, homologação e adjudicação a empresa que atender todas as condições estabelecidas neste Edital. Tais atos administrativos decisórios dar-se-ão junto à autoridade competente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

16.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente do CFTA.

16.3. O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à licitante vencedora.

16.4. O CFTA poderá anular ou revogar a presente licitação, sem que em decorrência dessa medida tenham os participantes o direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza, nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após encerrada a licitação, o sistema permitirá que um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

17.2. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 13, parágrafo único do Decreto Nº 11.462/2023, bem como penalidades legalmente estabelecidas.

17.2.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Após a homologação da licitação, será firmada a **Ata de Registro de Preços** conforme anexo III.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pelo CFTA.

18.2.2. A ata e/ou contrato poderão ser assinados digitalmente com Certificado Digital ICP-Brasil.

18.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

18.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

18.6. Na hipótese de o adjudicante não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata/contrato e não apresentar justificativa, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto no art. 45 da IN/SEGES 73/2022.

18.7. A recusa dos licitantes em atender às convocações, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas já previstas neste edital, sem prejuízos das demais penalidades legalmente estabelecidas.

18.8. Previamente à contratação/assinatura da Ata, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art.29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.9. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05(cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.10. Na assinatura do contrato e/ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.11. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato e/ou a ata de registro de preços.

18.12. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

18.13. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por meio de ATA de Registro de Preços, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de pedido/ fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.14. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.15. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

serviços registrados, nos termos do art. 25 do Dec. 11.462/2023.

18.16. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, conforme art. 26 e seguintes do Dec. 11.462/2023.

18.17. O cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados observarão as disposições contidas no artigo 28 e seguintes do Dec. 11.462/2023.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Conforme estipulado no Termo de Referência no anexo I deste Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. Conforme estipulado no contrato/ata, vide anexo III deste Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, após o recebimento da Nota fiscal pela empresa contratada, acompanhada do comprovante de entrega dos pedidos, conforme quantidade e especificação da AP.

21.2. A apresentação de notas fiscais deverá ser devidamente atestada pela fiscalização, nas seguintes condições:

21.2.1. Condição de Pagamento: fica estabelecido que o valor devido será pago pelo CONTRATANTE em até o 20º (vigésimo) dia útil do mês, relativos aos itens solicitados na AP, contados a partir do recebimento dos produtos e NF, no local especificado na AP.

21.2.2. Condição de Faturamento: As Notas fiscais deverão ser emitidas e entregues sempre até o dia 20 do mês na Sede do CFTA em Porto Alegre, setor FINANCEIRO. Após esta data, somente será aceita a Nota Fiscal emitida com a data do 1º dia útil do mês subsequente. No caso de nota fiscal eletrônica, o arquivo xml deverá ser enviado para o e-mail **financeiro2@cfta.com.br**. O funcionário responsável pela fiscalização atestou os serviços prestados e remeterá as notas para pagamento;

21.2.3. Preenchimento da Nota Fiscal: A Nota Fiscal deve, obrigatoriamente, conter a razão social, endereço, CNPJ, descritivo correto do produto e/ou serviço e número do contrato/AP e que a originou, sob pena de devolução para ajustes. Estes dados devem ser iguais aos informados no contrato/AP;

21.2.4. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante transferência bancária ou boleto bancário nominal à CONTRATADA, podendo ser efetuada a retenção na fonte de tributos e contribuições descritas na legislação em vigor;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

21.2.5. O pagamento do serviço está sujeito, obrigatoriamente, a apresentação dos documentos: INSS, FGTS e PGFN/SRF;

21.2.6. Os pagamentos poderão sofrer as retenções dos tributos impostos, conforme legislação vigente imputável à matéria;

21.2.7. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos devolvidos à contratada para as correções necessárias, não respondendo ao CFTA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

21.2.8. Não será concedida nenhuma espécie de antecipação a qualquer título que seja.

22. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

22.1. A contratação poderá ser realizada com fornecedores e/ou com revendedores, desde que todos atendam aos requisitos, prazos e especificações previstas neste Edital e seus anexos.

22.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22.3. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato/AP a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função das atividades prestadas em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do CONTRATANTE, sob pena de incorrer em quebra de cláusula contratual ensejando inclusive sua rescisão de pleno direito.

22.4. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo de toda documentação que terá acesso para análise, sendo impedida a sua publicação e divulgação para terceiros.

22.5. O CONTRATANTE obriga-se a prestar esclarecimentos e informações, quando solicitados pela CONTRATADA.

22.6. A CONTRATADA possui conhecimento do Termo de Referência - anexo I deste edital e, portanto, ciente de que deverá cumpri-lo de forma integral.

23. DAS SANÇÕES

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

- 23.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 23.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP e/ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 23.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 23.4.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 23.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 23.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 23.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.5. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- 23.5.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 23.5.2. não entregar a documentação exigida no edital;
- 23.5.3. apresentar documentação falsa;
- 23.5.4. causar o atraso na execução do objeto;
- 23.5.5. não mantiver a proposta;
- 23.5.6. falhar na execução do contrato;
- 23.5.7. fraudar a execução do contrato;
- 23.5.8. comportar-se de modo inidôneo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

- 23.5.9. declarar informações falsas; e
- 23.5.10. cometer fraude fiscal.

23.6. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 23.7.1. Advertência;
- 23.7.2. Multa moratória e/ou compensatória;
- 23.7.3. Suspensão ou impedimento de licitar e contratar;
- 23.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.8.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.8.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.9. A advertência será aplicada por faltas consideradas leves, entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE, e possuirão a finalidade de prevenir a ocorrência de novas infrações.

23.10. A multa será pecuniária, podendo assumir natureza moratória e/ou compensatória, dentro dos limites indicados no §3º do art. 156, da Lei 14.133/2021.

23.10.1. Na ocorrência de atraso injustificado para a prestação do serviço/entrega da coisa, será aplicada multa moratória por dia de atraso no *quantum* de 2% (dois por cento) ao dia, calculada sobre o valor do pedido realizado, cujo limite será de 15 (quinze) dias.

23.10.2. A multa, quando compensatória, será de 10% até 30%, com percentuais calculados sobre o valor do pedido realizado, devendo ser justificado nos autos o percentual aplicado.

23.10.3. As multas são autônomas e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, assim como a incidência de multa moratória não afasta a incidência de multa compensatória.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

23.10.4. As multas não possuem natureza indenizatória e o seu pagamento não ilide a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à CONTRATANTE.

23.11. As penalidades pecuniárias poderão ser deduzidas do valor a ser pago pela CONTRATANTE e, excepcionalmente, serão pagas pela CONTRATADA em apartado, no prazo de dez dias úteis, contados do trânsito em julgado da decisão pela aplicação da penalidade.

23.12. Para dosimetria das sanções, serão considerados a necessidade e adequação da medida a ser aplicada de forma razoável e proporcional, sopesando-se a gravidade da infração, os danos que dela provierem, eventuais circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como a finalidade preventiva, a fim de que não ocorram novas infrações, em conformidade com o previsto no art. 156, §1º, da Lei 14.133/2021, sem prejuízo do disposto no artigo 22 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

23.13. A aplicação de qualquer das penalidades aqui descritas, inclusive a advertência, assegurará o prévio contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

23.14. Para aplicação das penalidades de advertência e multa, será adotado o seguinte procedimento:

23.14.1. Verificada a ocorrência da infração contratual, o fiscal do contrato, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, enviará notificação à CONTRATADA discorrendo sobre a irregularidade verificada e alertando sobre possível aplicação de penalidade, a fim de que está, caso queira, apresente manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

23.14.2. A notificação de aplicação de penalidade poderá ser encaminhada à CONTRATADA por meios eletrônicos ou por carta com aviso de recebimento. Se adotada a modalidade eletrônica, a contagem do prazo de resposta se iniciará com a confirmação de recebimento pela CONTRATADA.

23.14.3. Decorrido o prazo indicado, decairá o direito da CONTRATADA se manifestar, podendo, apenas, apresentar recurso da decisão aplicada pela Autoridade competente. O decurso do prazo e a inércia da CONTRATADA será registrada nos autos.

23.14.4. Caberá à CONTRATADA o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da CONTRATADA em aplicar as penalidades cabíveis.

23.14.5. A qualquer momento o fiscal do contrato poderá solicitar documentos à CONTRATADA ou promover diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos.

23.14.6. Após as diligências necessárias, o fiscal do contrato, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, fará recomendação, por escrito, da penalidade a ser aplicada, a qual será submetida à análise pela Diretoria do órgão, que emitirá decisão pelo acatamento ou afastamento da penalidade, em obediência ao previsto nos artigos 117 e 123 da Lei 14.133/2021.

23.14.7. Prolatada a decisão pela aplicação da penalidade, caberá recurso administrativo pela CONTRATADA, no prazo decadencial de 5 (cinco) dias úteis, após, será reconhecido o trânsito em julgado da decisão e será imediatamente aplicada.

23.14.8. O recurso da CONTRATADA terá efeito suspensivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

23.15. As sanções de impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade, observarão o previsto no artigo 158 da Lei 14.133/2021.

23.16. Todas as penalidades aplicadas ficarão registradas nos autos, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e importará em reincidência.

23.17. Procedimentos de aplicação de pena não mencionados neste Edital observarão as disposições da Lei 14.133/2021 e subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1.999, sem prejuízo das demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir, todo ou em parte, a função de fabricação impressão. Admitir-se-á a subcontratação quanto à serviços acessórios, que não se configurem como o objeto principal. Conforme estipulado no contrato/ata anexo a este Edital.

25. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

25.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo e contrato/ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

25.2. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato/ata a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função das atividades prestadas em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do CONTRATANTE, sob pena de incorrer em quebra de cláusula contratual ensejando inclusive sua rescisão de pleno direito.

25.3. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo de toda documentação que terá acesso para análise, sendo impedida a sua publicação e divulgação para terceiros.

25.4. O CONTRATANTE obriga-se a prestar esclarecimentos e informações, quando solicitados pela CONTRATADA.

25.5. A CONTRATADA possui conhecimento do Termo de Referência, Anexo I deste Edital e, portanto, ciente de que deverá cumpri-lo de forma integral.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.

26.2. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas, por escrito, ao Pregoeiro, mediante requerimento das empresas interessadas, conforme estabelecido no item 3.

26.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados, no mesmo horário.

26.4. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório serão apresentados eletronicamente no portal de Compras já descrito no início do documento.

26.5. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

26.5.1. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

26.5.1. O pregoeiro, caso identifique a necessidade de complementação de documentos solicitará via plataforma www.gov.br/compras e/ou email ao licitante. Será concedida apenas 01 (uma) oportunidade para complementar documentos já apresentados. Após, não será aceito pela comissão.

26.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

26.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará no direito à contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

26.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.13. Fica assegurado à autoridade superior do CFTA o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

26.14. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e os do CFTA, sem comprometimento da segurança da contratação.

26.15. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro com base na legislação vigente.

26.16. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Edital será o da Seção Judiciária de Brasília, Distrito Federal – Justiça Federal.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA)

CNPJ: 35.438.630/0001-27

Mário Limberger

Presidente

CPF nº 172.815.980-68.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Contratação de serviços de impressão gráfica de materiais para o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas - CFTA, conforme demanda, através de registro de preço.

2. Justificativa:

Com objetivo de tornar mais ágil as ações de impressão de materiais gráficos para atendimento de demandas de comunicação da organização, uma vez o(s) fornecedor(es) já estará definidos previamente para cada tipo de trabalho, dentro do princípio da economicidade e padrão de qualidade único.

3. Escopo, especificações mínimas e quantidades estimadas:

3.1. As estimativas anuais de aquisição de impressão são:

Item	Item, com arte	Formato fechado	Material Capa e gramatura	Material Conteúdo	Gramatura das Pag.	Cores	Qde de Páginas	Quantidade estimada
1	Adesivo para carros	12x20cm	-	Vinil	-	4x0	-	5000
2	Adesivo comum	9x14cm	--	Vinil	-	4x0	-	5000
3	Adesivo para roupa redondo	7cm ø	-	Vinil	-	4x0	-	10000
4	Bloco de folhas Grande	A4	-	Offset	90g	4x0	30	1000
5	Bloco de folhas Médio	A5	--	Offset	90g	4x0	30	3000
6	Bloco de folhas Pequeno	A6	-	Offset	90g	4x0	30	1000
7	Cartaz	A3	-	Couchê	150g	4x0	1	2000
8	Cartilha Modelo 1	A4	Couchê fosco, 90g	Couchê fosco	90g	4x4	20	10000
9	Cartilha Modelo 2	A4	Couchê fosco, 90g	Couchê fosco	90g	4x4	24	10000
10	Cartilha Modelo 3	A4	Couchê fosco, 90g	Couchê fosco	90g	4x4	28	10000
11	Cartões de visita	Padrão	-	Couche fosco	300g	4x4	-	5000
12	Convites para eventos	20x20cm	-	Couche Fosco	300g	4x4	2 (frente e verso)	1000
13	Convites para eventos	20x15cm	-	Couche Fosco	300g	4x4	2 (frente e verso)	1000
14	Envelope Carta (dobrado em 3)	A4 (11,4x 22, 9cm)	-	Offset	90g	4x4	-	80000



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

15	Envelope Ofício	Para folha A4	-	Offset	90g	4x4	-	10000
16	Envelope Poster/Cartaz	A3 (68,5x 53,2 cm)	-	Offset	120g	4x4	-	2000
17	Flyer	A5	-	Couchê Brilho	90g	4x4	2 (Frente e verso)	20000
18	Folder Modelo 1	A5	Couchê fosco, 90g	Couchê fosco	90g	4x4	16	10000
19	Folder Modelo 2	A5	Couchê fosco, 90g	Couchê fosco	90g	4x4	12	10000
20	Folha Timbrada	A4	-	Offset	90g	4x4	1	80000
21	Pasta para folhas	22x31cm (fechada)- Laminatur a fosca	-	Papel Cartão	300g	4x0	-	5000
22	Planner (bloco)	A5	-	Offset	90g	4x0	30	2000
23	Revista	A4	Couchê Brilho, 250g	Couchê Brilho	90g	4x4	12	2000
24	Sacola de Papel	32x24x10 cm	90gx	Kraft	90g	-	-	5000

3.2. Serão solicitados os impressos com artes diferentes para cada pedido, conforme autorização de pedido.

3.3. O pedido mínimo por item:

- 500 unidades para os itens 1, 2, 3, 5 e 23
- 300 unidades para os itens 4 e 6
- 1.000 unidades para os itens 7, 16, 18, 19, 21 e 24
- 2.000 unidades para os itens 8, 9, 10, 15 e 17
- 200 unidades para os itens 11 e 22
- 50 unidades para os itens 12 e 13
- 10.000 unidades para os itens 14 e 20

4. Prazo e local de entrega:

4.1. Após a assinatura da ata e cumprimento das formalidades devidas, as quantidades serão fornecidas de forma parcelada, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, a ser formalizada por meio de “Autorização de Pedido” que será encaminhada à CONTRATADA.

4.2. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias ininterruptos, contados a partir do recebimento da autorização de pedido pelo gestor da ata, nos endereços: Praça Osvaldo Cruz, 15 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS, conjuntos 701 – 704 ou Rua Barros Cassal, 180 no Centro - Porto Alegre/RS, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00h às 17:00h.

4.3. As entregas efetuadas em dias e horários diversos do indicado, somente serão aceitas se realizadas mediante prévio agendamento de, no mínimo, 7 (sete) dias com o CONTRATANTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

4.4. Todos os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas à proteção do conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques e transportes por rodovias.

4.5. Os materiais deverão ser transportados e entregues na modalidade de INCOTERM DDP (Delivered Duty Paid), ficando a CONTRATADA responsável pelo transporte até o local de sua entrega.

4.6. Os materiais serão recebidos provisoriamente pelo agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência, Ata de Preços e na proposta, no prazo de 5 (cinco) dias.

4.7. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Ata de Preços e na proposta, devendo ocorrer a substituição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação da CONTRATADA, às suas custas.

5. Aspectos operacionais:

5.1. O plano de comunicação é a ferramenta base para a comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, que rege quais os meio e tipo de comunicação entre as partes e o tempo de resposta exigido.

5.2. A CONTRATADA deverá comunicar com o Fiscal/Gestor da ata do CFTA pelos meios de comunicação existentes e comuns no mercado sendo que a CONTRATADA deve disponibilizar no mínimo:

5.2.1. Uma (1) linha telefônica fixa ou de telefonia móvel para contatos de nível operacional (detalhes e acertos técnicos, linha para contatos emergenciais).

5.3. Em caso de atualização ou alteração dos dados, devem ser informados imediatamente ao CONTRATANTE.

6. Aspectos financeiros:

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar as Notas Fiscais entre o primeiro dia útil do mês até o dia 20 do mês, sendo que no caso de entrega fora dessas datas, estas devem ser transportadas com Nota Fiscal de "simples remessa" e o faturamento (nota fatura) deve ser dentro desta janela de faturamento.

6.2. O pagamento será feito via crédito em conta corrente em banco nacional, vinculado ao CNPJ da CONTRATADA, sendo que o CONTRATANTE se resguarda ao direito de efetuar as retenções tributárias necessárias conforme legislação vigente.

6.3. O crédito será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

6.4. A Nota fiscal deverá ser entregue em Porto Alegre ou, no caso de Nota Fiscal Eletrônica (NFe), deverá ser encaminhado para o **e-mail financeiro2@cfta.com.br e compras3@cfta.org.br** sendo imprescindível o envio do respectivo arquivo XML.

6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá, obrigatoriamente, estar em nome da CONTRATADA e estar acompanhada de comprovação de regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, nos termos do art. 31 da Instrução Normativa nº 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6.6. Se houver erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

6.7. Na ocorrência das irregularidades/falhas descritas acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF e/ou aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação.

6.10. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, serão adotadas as providências indicadas no artigo 31 da IN nº 03/2018-SEGES/ME.

6.11. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, à retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12. A nota fiscal deverá discriminar as retenções dos impostos, conforme IN RFB nº 1.234/2012, a considerar IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, sendo opcional, no caso de prestação de serviços, a retenção de ISSQN.

6.13. A CONTRATADA/FORNECEDORA optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.14. Não será computado atraso no pagamento se este estiver pendente por falta de documentações, atraso na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, incorreções ou mesmo irregularidades quanto às condições de habilitação/qualificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

6.15. Fica vedada a antecipação de pagamentos, total ou parcial, nos termos do art. 145, caput, da Lei 14.133/2021.

7. Qualificação financeira, fiscal e técnica:

7.1. **QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA** - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, mediante a apuração dos seguintes indicadores contábeis (conforme setor financeiro do CFTA):

1º) Índice de Liquidez Geral (ILG), assim composto:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

Onde:

AC é o ativo circulante;

RLP é o realizável a longo prazo;

PC é o passivo circulante;

PNC é o passivo não circulante.

Deverá ser igual ou superior a 1.

2º) Índice de Liquidez Corrente (ILC), assim composto:

$$ILC = AC / PC$$

Onde:

AC é o ativo circulante;

PC é o passivo circulante.

Deverá ser igual ou superior a 1.

3º) Índice de Endividamento (IE), assim composto:

$$IE = (PC + PNC) / AT$$

Onde:

PC é o passivo circulante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

PNC é o passivo não circulante;

AT é o ativo total.

Deverá ser menor ou igual a 0,8.

7.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Comprovação de aptidão para com o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto, através da apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que forneceu item igual e/ou semelhante ao lote.

7.2.1. O(s) atestado(s) poderá(o) ser objetos de diligência(s) a fim de se esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, inclusive com solicitação dos respectivos contratos que lhe deram origem.

7.3 Para fins de habilitação da qualificação econômica, a empresa deverá apresentar - Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial e balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

7.4 Para fins de habilitação jurídica e fiscal, a empresa deverá apresentar todos os documentos estabelecidos no edital.

8 Condições gerais:

8.1. Os pedidos serão formalizados através do documento autorização de pedido.

8.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, frete, montagem e instalação, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ ou necessária, não especificada.

8.3. Executar o objeto contratual conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, fornece as cadeiras necessárias, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta.

8.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes de forma dolosa ou culposa.

8.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

8.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica dos seus empregados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

8.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

8.8. A contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, as certidões negativas de débitos das contribuições previdenciárias, certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e certificado de regularidade do FGTS – CRF.

9 Reajuste e prazo de vigência:

9.1. O valor arrematado será fixo e irrevogável, durante a vigência da ata celebrada.

9.1.1. A vigência contratual inicial será de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme período estipulado por lei.

9.1.2. Em caso de renovação da ata, apenas as quantidades disponíveis residuais serão renovadas.

9.1.3. Serão permitidos alterações, acréscimos e supressões, conforme as regras aplicadas aos contratos contidas nos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021, por força do art. 35 do Decreto nº 11.462/2023 ou art. 12, §3º, do Decreto 7892/2013; acréscimos formalizados por termo aditivo.

10 Gestor e fiscal da ata:

10.1 Gestora: Simone de Fatima Nascimento da Silva e Fiscal: Tiago Pires Figueiredo.

11 Valor máximo por item:

11.1 Será determinado pelo setor de compras.

12 Dispensa de termo de contrato:

12.1 Considerando que a aquisição em questão envolve entrega imediata de produtos, será dispensada a elaboração de Termo de Contrato, com fundamento no art. 95, II, da Lei 14.133/2021.

13.2. A garantia exigida neste Termo de Referência será prestada em separado, nos termos do art. 50 da Lei 8.078/1990 e Decisão do TCU nº 202/2002 que diz:

“8.2. dar à determinação constante do item II, do Ofício – 3a Secex 1.064/00, que comunicou ao IPqM a deliberação tomada por esta Primeira Câmara, em sessão de 06.06.00, contida na Relação 44/00, Ata 19/00, a seguinte redação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

II - observe, nas contratações futuras, as disposições constantes da Lei nº 8.666/93, art. 57, que dispõe sobre o prazo da duração dos contratos, sem incluir no período de vigência o prazo de garantia, uma vez que esse direito, de acordo com o que preceitua o art. 69, e o § 2º, do art. 73, todos da Lei nº 8.666/93, perdura após a execução do objeto do contrato.

*8.3. esclarecer ao IPqM que, nas hipóteses em que for aplicável a Lei nº 8.078/90, poderá exigir do contratado, **termo de garantia em separado, segundo o disposto no art. 50 e parágrafo único, da mencionada lei.***” (grifou-se)

13 Emissor do termo de referência:

13.1 Gilberto Durante

VALOR MÁXIMO POR ITEM PARA O LOTE ÚNICO:

Item	Item, com arte	Valor unitário máximo
1	Adesivo para carros	R\$ 1,85
2	Adesivo comum	R\$ 1,49
3	Adesivo para roupa redondo	R\$ 0,52
4	Bloco de folhas Grande	R\$ 5,08
5	Bloco de folhas Médio	R\$ 3,49
6	Bloco de folhas Pequeno	R\$ 3,30
7	Cartaz	R\$ 0,97
8	Cartilha Modelo 1	R\$ 1,89
9	Cartilha Modelo 2	R\$ 2,03
10	Cartilha Modelo 3	R\$ 2,07
11	Cartões de visita	R\$ 0,47
12	Convites para eventos	R\$ 3,22
13	Convites para eventos	R\$ 3,37
14	Envelope Carta (dobra em 3)	R\$ 0,51
15	Envelope Ofício	R\$ 1,42
16	Envelope Poster/Cartaz	R\$ 2,43
17	Flyer	R\$ 0,35
18	Folder Modelo 1	R\$ 2,31
19	Folder Modelo 2	R\$ 1,93
20	Folha Timbrada	R\$ 0,20
21	Pasta para folhas	R\$ 2,42
22	Planner (bloco)	R\$ 5,14
23	Revista	R\$ 5,66
24	Sacola de Papel	R\$ 2,85

*valor global estimado do lote 1 é de até R\$ 284.740,00.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

Data: XXXX de XXXXXXXX de 2024.

Ao CFTA

XXXXXXXXXXXX (Nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. XXXXXXXX, com sede na rua XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX, no Estado de XXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, em conformidade com o Edital de licitação, **PREGÃO XXXXX/2024**, que adotará as seguintes condições:

1. Os preços apresentados e demais condições comerciais tem validade de 60 dias;
2. O preço compreende todas as despesas e custos para fornecimento e entrega do objeto, inclusive seguro e impostos incidentes sobre a venda, bem como, custos diretos e indiretos, remuneração, emolumentos, transportes (fretes), alimentação, deslocamentos, despesas fiscais e financeiras bem como outras despesas e encargos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação;
3. O cumprimento de todas as condições impostas:

LOTE 01						
Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	FORMARTO				
			Material Conteúdo	Quantidade estimada (a)	Valor unitário (b)	Valor total (a x b)
1	Adesivo para carros, demais descrições conforme edital.	12X20cm	Vinil	5000		
2	Adesivo Comum, demais descrições conforme edital.	9x14cm	Vinil	5000		
3	Adesivo para roupa redondo, demais descrições conforme edital.	7cm	Vinil	10000		
4	Bloco de Folhas Grande, demais descrições conforme edital.	A4	Offset	1000		
5	Bloco de Folha Médio, demais descrições conforme edital.	A5	Offset	3000		
6	Bloco de Folha Pequeno, demais descrições conforme edital.	A6	Offset	1000		
7	Cartaz, demais descrições conforme edital.	A3	Couchê	2000		
8	Cartilha Modelo 1, demais descrições conforme edital.	A4	Couchê Fosco	10000		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

9	Cartilha Modelo 2, demais descrições conforme edital.	A4	Couchê Fosco	10000		
10	Cartilha Modelo 3, demais descrições conforme edital.	A4	Couchê Fosco	10000		
11	Cartões de Visita, demais descrições conforme edital.	Padrão	Couchê Fosco	5000		
12	Convites para eventos, demais descrições conforme edital.	20x20cm	Couchê Fosco	1000		
13	Convites para eventos, demais descrições conforme edital.	20x15cm	Couchê	1000		
14	Envelope Carta (dobra em 3) , demais descrições conforme edital.	A4 (11,4X22,9cm)	Offset	80000		
15	Envelope Ofício, demais descrições conforme edital.	Para folha A4	Offset	10000		
16	Envelope Poster/Cartaz, demais descrições conforme edital.	A3 (68,5x53,2cm)	Offset	2000		
17	Flyer, demais descrições conforme edital.	A5	Couchê	20000		
18	Folder Modelo 1, demais descrições conforme edital.	A5	Couchê Fosco	10000		
19	Folder Modelo 2, demais descrições conforme edital.	A5	Couchê Fosco	10000		
20	Folha Timbrada, demais descrições conforme edital.	A4	Offset	80000		
21	Pasta para Folhas, demais descrições conforme edital.	22x31cm (Fechada) Laminatur a Fosco	Papel Cartão	5000		
22	Planner (Bloco), demais descrições conforme edital.	A5	Offset	2000		
23	Revista), demais descrições conforme editais	A4	Couchê Brilho	2000		
24	Sacola de Papel), demais descrições conforme editais	32x24x10cm	Kraft	5000		
VALOR TOTAL DO LOTE 01 (soma dos itens 01 a 24) – R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (valor por extenso)						

***devem ser seguidas as especificações do lote, conforme edital.** o descritivo do Sistema de Compras do Governo Federal. trata-se de uma configuração padrão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**** Na licitação a disputa será pelo preço Global do lote, porém deverá ser apresentada a proposta, após fase de lances, com os valores dos itens abertos. Não será permitido valores unitários que ultrapassem os preços máximo por item indicados no anexo I.**

Condições de entrega: prazo máximo em 20 (vinte) dias ininterruptos, após recebimento da autorização de pedido. Deverão ser transportados e entregues na modalidade de INCOTERM DDP (Delivered Duty Paid).

Condições de Pagamento: até 20 dias uteis, após recebimento da Nota fiscal junto do comprovante da entrega dos produtos no local especificado na Autorização de Pedido.

Local de entrega: Conforme AP (autorização de pedido).

Os fornecedores de outros Estados, ao elaborarem seus preços, seja na proposta escrita ou nos lances, deverão considerar que as Notas Fiscais emitidas deverão prever a compensação da diferença de alíquota de impostos, no sentido de isentar o CFTA deste ônus e manter diferença do preço vencedor em relação às empresas concorrentes.

Concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Edital e seus anexos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(Assinatura do responsável)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO III – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA DE MATERIAIS PARA O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS – CFTA.

Aos dias do mês de do ano, presente de um lado o **CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA)**, pessoa jurídica de direito público na forma de autarquia federal, criado pela Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 e inscrito no CNPJ sob o nº 35.438.630/0001-27, com sede administrativa no SBS Quadra 1 - Bloco K - Lote 29 - Edifício Seguradoras - 11º andar, na cidade de Brasília/DF, CEP nº 70093-900, e sede operacional na Praça Osvaldo Cruz, 15 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS, conjuntos 701 – 704 – CEP: 90030-160, neste ato representado pelo seu presidente, **MÁRIO LIMBERGER**, casado, técnico agrícola, inscrito no CPF sob o nº 172.815.980-68, portador do RG nº 1025955087 SSP/RS, e de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ n., sediada no endereço, neste ato representada por, inscrito(a) no CPF/MF sob nº, simplesmente denominada FORNECEDORA, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no bojo Processo Administrativo nº, decorrente do Pregão nº-SRP, sob o amparo da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, consoante as cláusulas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, na proposta firmada, observando-se, ainda, as seguintes disposições:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura contratação, pelo CFTA, de para o fornecimento de serviços de impressão gráfica de materiais para o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas – CFTA, os quais são partes integrantes desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela fornecedora, independentemente de transcrição.

1.1. Esta Ata se vincula ao previsto no Edital e seus anexos do Pregão referenciado, independente de nova transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga o CFTA a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito a indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios respeitada à legislação pertinente as licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência do fornecimento em igualdade de condições, de acordo com o Edital.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas para atender esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, na classificação abaixo:

Conta:

Centro de custo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

3. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

3.1. O proponente, beneficiário do preço registrado, compromete-se a fornecer os itens especificados abaixo, nas condições descritas:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3.2. O valor total estimado é de R\$ (.....). Os preços propostos compreendem todas as despesas para fornecimento e entrega do objeto, custos diretos e indiretos, remuneração, emolumentos, transportes (fretes), despesas fiscais e financeiras bem como outras despesas e encargos necessários ao cumprimento do objeto.

3.3. Conforme previsto no Edital e seus anexos, o instrumento de contrato será substituído por instrumento hábil.

4. VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** e, decorrido o prazo, caso possua saldo de itens para fornecimento, poderá ser prorrogada na forma da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Os preços são irrevogáveis dentro do período indicado no item anterior. Após, caso haja pedido de reajuste dos preços e o CFTA concorde, deverá ser adotado o índice específico¹, no caso, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses que o precedem, ou outro índice que as partes convencionarem, podendo ser firmada simples apostila para registrar o reajuste.

5. ALTERAÇÃO, REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA

5.1. Os contratos firmados decorrentes das Atas de Registro de Preços obedecerão ao previsto no artigo 124 e seguintes da Lei 14.133/2021, conforme artigos 34 e 35 do Decreto nº 11.462/2023.

5.2. A ata de registro de preços poderá ser revista em decorrência de eventual alteração dos preços praticados no mercado ou em razão de alteração dos demais ajustes previstos neste instrumento, cabendo ao CFTA promover as devidas negociações junto ao(s) fornecedor(es).

¹ TCU, Acórdão 2474/2012-Plenário, min. rel. Marcos Bemquerer Costa, j. 11/9/2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

5.3. As quantidades indicadas poderão ser alteradas mediante prévia concordância e interesse da empresa FORNECEDORA, o que será formalizado por meio de termo aditivo.

5.4. O CFTA realizará pesquisa de mercado periodicamente a fim de verificar a vantajosidade dos preços unitários registrados nesta Ata.

5.5. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CFTA convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.6. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, caso não haja pedido em andamento.

5.7. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará o quanto apurado na pesquisa de preços.

5.8. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.8.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

5.8.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.8.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.9.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.9.2. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado ou;

5.9.3. Sofrer sanção administrativa cujo efeito seja o cancelamento da Ata;

5.10. O cancelamento de registro será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.11. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: (a) por razão de interesse público ou (b) a pedido do fornecedor.

5.12. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

5.13. Casos omissos serão decididos entre as partes com base na legislação aplicável.

Assinam o presente documento para que produza todos os efeitos.

Local e Data.

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

CNPJ: 35.438.630/0001-27

MÁRIO LIMBERGER

Presidente

CPF nº 172.815.980-68

NOME DA EMPRESA FORNECEDORA

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal

CPF nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE MENOR DE IDADE

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL

A empresa _____, com sede na
_____, na cidade de _____, Estado de
_____, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº
_____, através de seu representante legal, _____, CPF
nº _____, RG nº _____, DECLARA, para fins do disposto pela Lei nº
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE QUE
CUMPRE PLENAMENTE TODOS OS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO**

A empresa _____, com sede na
_____, na cidade de _____, Estado de
_____, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº
_____, através de seu representante legal, _____, CPF
nº _____, RG nº _____, interessada em participar do processo de
licitação em referência, DECLARA, sob as penas da lei, conforme artigo 63 da Lei 14.133/2021, o pleno
atendimento dos requisitos de habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências
posteriores, bem como que até a presente data não existe impedimento legal para licitar ou contratar
com a Administração Pública.

Local e data



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS - CFTA

ANEXO VI – DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ANTICORRUPÇÃO.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da licitante _____ (nome empresarial), interessada em participar do Pregão nº 9 008/2024, Processo nº 036/2024, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) tomei pleno conhecimento do edital e estou ciente do valor proposto e o limite de desconto que devo ofertar;

c) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE antes da abertura oficial das propostas;

d) esta empresa não possui nenhum vínculo com a CONTRATANTE ou com seus funcionários. DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

h) dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local e data

Nome e assinatura do representante
Razão Social e CNPJ da empresa

(papel timbrado)